

SOBRE A PRIMEIRA VIAGEM DE SIMONE DE BEAUVOIR A PORTUGAL: A GUERRA, A LIBERDADE E O “NOVO HUMANISMO FRANCÊS”¹

ABOUT THE FIRST JOURNEY OF SIMONE DE BEAUVOIR TO PORTUGAL: THE WAR, THE LIBERTY AND THE “NEW FRENCH HUMANISM”

Claudio de Farias Augusto *

Maria das Graças de Moraes Augusto **

Para os nossos amigos portugueses, Maria Sofia e Veiga Leitão;
Manuela e Fernando; Fátima e António.

Une ville du Sud, une ville brûlante et fraîche avec à l'horizon la promesse de la mer et un vent salé battant ses promontoires: il la reconnaissait. Et pourtant elle l'étonnait plus qu'autrefois Marseille, Athènes, Naples, Barcelone, parce qu'aujourd'hui toute nouveauté touchait au prodige; elle était belle cette capitale au coeur sage, aux collines désordonnées, avec ses maisons glacées de couleurs tendres et ses grands bateaux blancs.

Simone de Beauvoir, *Les Mandarins*, p.140.

¹ Gostaríamos de expressar aqui nossos agradecimentos aos professores Magda Guadalupe dos Santos, pelo incentivo na publicação deste texto, que se traduziu em generosa espera pelo seu ponto final, Paulo Butti de Lima e Maria de Fátima Sousa e Silva, pela interlocução constante e pela fundamental colaboração no difícil acesso ao jornal *Les Volontés de Ceux de la Résistance* e à revista *Afinidades*, respectivamente; e à Mme. Bénédicte Dumont, do jornal *Libération*, pelo envio das entrevistas de Simone de Beauvoir e Sartre, publicadas neste jornal em abril de 1975.

* Claudio de Farias Augusto é doutor em Ciência Política pela USP e professor associado do Departamento de Ciência Política do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense - UFF.

** Maria das Graças de Moraes Augusto é doutora em Filosofia pela UFRJ e professora associada do Departamento de Filosofia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

RESUMO

Simone de Beauvoir visitou Portugal duas vezes, no início dos anos de 1945 e de 1975, em dois momentos cruciais para história contemporânea do país. Este texto aborda a possível influência da primeira viagem em seus escritos posteriores – tal como o delineamento do que ela identificará como o “novo humanismo francês” –, a partir de suas experiências, tanto com a dramática situação vivida pelos franceses com a Ocupação nazista, quanto com a peculiar vida política portuguesa sob o salazarismo, ambas consubstanciadas em três publicações: a franco-portuguesa, *Afinidades*, e as da França da Resistência, *Combat* et *Volontés*.

PALAVRAS-CHAVE: Simone de Beauvoir; Portugal e o Salazarismo; Novo Humanismo Francês; “*Afinidades*; *Combat*; *Volontés*”

ABSTRACT

Simone de Beauvoir has visited Portugal twice, first in the beginning of the 1945 and second in the beginning of the 1975, two decisive moments to the contemporary history of the country. This article aims to analyze the influence of the first visit in the later Beauvoir's writings – especially in the outline of what she calls “new French humanism” – arising from her experiences with the dramatic situation of the French in the Nazi occupation and with the specific Portuguese political life under the Salazar's regime. Both experiences were realized in three publications: the French-Portuguese *Afinidades* and the two of the French resistance period *Combat* and *Volontés*.

KEYWORDS: Simone de Beauvoir; Portugal and the Salazar's regime; New French Humanism; French Resistance; “*Afinidades*; *Combat*; *Volontés*”

1. INTRODUÇÃO

Simone de Beauvoir visitou Portugal em dois momentos, nos mesmos meses de março e abril: no final da Segunda Guerra, em 1945, e, em 1975, quando a Revolução dos Cravos estava prestes a completar doze dos seus dezenove decisivos meses iniciais. Na primeira, como hóspede do Instituto Francês em Portugal, cuja agência em Faro, no Algarve, seu cunhado, Lionel de Roulet, casado com sua irmã mais nova, Hélène de Beauvoir, pintora e escritora, era responsável, oportunidade em que – com prestimosa colaboração deste Instituto – pôde conhecer e se informar razoavelmente sobre a situação de vida dos portugueses, vindo a tirar conclusões a partir de uma cruel (mas talvez, no momento, inevitável) comparação entre a França arrasada após a Ocupação alemã e um

país herdeiro de um dramático histórico de pobreza, que se agravava, sobretudo, com o conflito mundial; na segunda, como hóspede, por assim dizer, da ainda ardente Revolução, embora um tanto ou quanto encoberta por Sartre, considerado pela mídia portuguesa seu *eterno* companheiro.

No intervalo de exatos trinta anos decorridos entre as duas visitas, os principais interesses e preocupações de Beauvoir com relação à filosofia e ao “estado social” de sociedades em geral, de certa forma, se mantiveram, ainda que alargados, naturalmente, pelas experiências que suas longas viagens posteriores aos anos quarenta do século passado vieram a propiciar. Embora tenhamos especial interesse em seu olhar sobre um Portugal em revolução – ainda que naquele momento a Revolução dos Cravos estivesse em seu tenro início –, optamos, neste texto, por abordar temas presentes em suas ácidas críticas à administração salazarista, e, conseqüentemente, a um Estado realmente novo, pois o Estado Novo, obra política concebida e considerada por Salazar como fundamental e definitiva para o futuro do país, estava a completar, digamos que oficialmente, *apenas* doze anos – em meio à Guerra, não esqueçamos.²



² Este artigo é parte de uma pesquisa mais ampla, envolvendo ambas as viagens de Simone de Beauvoir a Portugal, visando levantar suas possíveis influências em seu pensamento filosófico e político, e, conseqüentemente, em sua obra posterior.

A primeira estada de Simone de Beauvoir em Portugal, então com 37 anos, acontece em um momento em que a França e os franceses não só se libertavam dos desassossegos que envolveram a Ocupação alemã, mas, diante da “liberdade” garantida pela chegada dos Aliados, em junho de 1944, na Normandia, surgia também um novo conjunto de inquietações que viriam a abrir em Beauvoir um largo e agudo questionamento acerca das relações entre a moral, a liberdade e a situação em que os homens deliberam o mundo, que a acompanharia ao longo de todas as suas múltiplas reflexões.

As conferências proferidas em Portugal, para dar conhecimento aos portugueses das torturas, crimes, abusos e desmandos cometidos pelos alemães contra judeus e europeus, e para demonstrar como dessa experiência emergiu um “novo humanismo francês” e uma revisão acerca da função da literatura³, lhe mostrará um novo conjunto de misérias, às quais os homens podem estar submetidos por um regime político que impõe pela força uma visão material e anímica do mundo, tal como podemos constatar no Estado Novo instaurado por António de Oliveira Salazar.

Certamente, esse avassalador contraste entre Paris e Lisboa, acrescido das críticas ao existencialismo e da contundente experiência pós-libertação da França, levam Beauvoir a recolocar a questão da ‘ação moral’ que deve envolver toda ‘ação política’. Os livros publicados, em 1947, *Pour une morale de l’ambiguïté*, e, em 1948, *L’existencialisme et la sagesse des nations*, irão refletir sobre essa “ambiguidade” da ação política, e, sobre como será necessário a manutenção de uma moral que garanta o princípio fundamental da liberdade, mas, sem esquecer o *outro*. E o fato de terem sido escritos imediatamente após à primeira viagem a Portugal talvez nos permita supor que esta tenha marcado, de forma indelével, sua reflexão filosófica.⁴

³ Para uma descrição mais acurada do conteúdo das conferências em Lisboa, Faro, Beja, Coimbra, Porto e Braga, divulgadas nos jornais da época, veja-se MONTEIRO, 2004, p. 89-91.

⁴ Aqui, vale ressaltar que os quatro artigos que compõem o volume *L’existencialisme et la sagesse des nations*, publicado em 1948, pelas Éditions Nagel, e *Pour une morale de l’ambiguïté*, publicado pela Gallimard, em 1947, foram anteriormente publicados, em 1945 e 1946, em *Les Temps Modernes*, portanto, imediatamente após seu primeiro contato com Portugal.

2. Portugal, 1945: o salazarismo, o Estado Novo e a Guerra.

Quando Salazar ascende à efetiva possibilidade de controlar o poder político, em 5 de julho de 1932, ocupando a presidência do Ministério⁵, a Europa, em seu todo, buscava fôlego para imprimir nova orientação política a seus vários destinos, tendo em vista o escandaloso desastre proporcionado pela Primeira Guerra, patente resultado da incompetência política que permeou – e, dramaticamente, ainda permeia – as eternas negociações entre Estados e Impérios poderosos, ou, o que é muito mais crível, desmedida e insensata perspectivas de conquistas geopolíticas por parte dos protagonistas políticos de então, pois, em jogo, julgavam estar a própria sobrevivência de cada um deles. Ele, ainda que no cantinho do continente, longe da boca do palco, arvorou-se também – por que não? – a delinear um “caminho”, uma via, como algumas outras propostas na época, e que, por sinal, ironicamente, acabaram por conduzir o planeta a um conflito muitíssimo mais desastroso, mas que, de alguma forma, proporcionaram grande oportunidade de sobrevivência a duas ditaduras emblemáticas e problemáticas para o Ocidente democrático do segundo pós-Guerra, a dele próprio e a de Franco, seu açodado e, muito por isso, não inteiramente confiável parceiro ibérico – registre-se que ambos, paradoxal e ironicamente, acabaram por conduzir a península às duas últimas tentativas, no cenário europeu, de busca de rumo ideológico no sentido do que mais explicitamente diziam odiar, o socialismo.

Inicialmente, para que não tenhamos dúvidas quanto ao seu entendimento do que é ‘política’, observemos que para ele “...essa actividade – filha da ciência ou obra de arte – forma de vida das sociedades humanas indispensável à sua condução, só tem como fim útil dar expressão e valor político aos actos de governo. Governar, dirigindo a consciência nacional, eis a única função verdadeiramente consistente e séria.” (SALAZAR, 1951. p. 487). Vale acrescentar, neste particular, que em oportunidade anterior esclarecera, de forma bem peculiar, como era de seu feitio, sua concepção de governo e do papel de um governante, como ele, naturalmente, em frase que nos mostra ainda um singular aspecto,

⁵ Embora estivesse presente no círculo governativo desde o golpe de maio de 1926, quando assumiu a pasta das Finanças (ainda que por pouquíssimo tempo) no primeiro governo da autodenominada Ditadura Militar. Observe-se que, desde a implantação da República, em 1910, Portugal adota a forma semipresidencialista de governo, sendo o presidente da República o chefe do Estado e o presidente do Ministério (equivalente a um primeiro-ministro) o chefe do Governo, cargo sensível e sucessivamente hipertrofiado por Salazar ao longo do tempo e de conveniências políticas.

via de regra bastante presente no pensamento utópico, que é a perspectiva (o permanente desejo, talvez) de *anulação* da ‘política’:

“Da altura em que o projeto [de governo] deve ser examinado não se vêem bem – acreditem – as susceptibilidades pessoais, os interesses mesquinhos, as rivalidades os grupos e os partidos. Só a Nação se distingue e conta na sua vida, nas suas necessidades e no seu desejo de progresso; e daí ter-se ensaiado arrojadamente essa política *sem política* ou melhor, esse Governo *sem política*, que pareceu a muitos uma loucura e foi para todos uma felicidade.” (SALAZAR, 1939. p. 316.)

Ainda que não possamos encontrar no salazarismo uma doutrina acabada – possivelmente, por um lado, pelo fato de Salazar, cada vez mais, ao longo de seus quase quarenta anos de exercício plenipotenciário do poder, ter-se concentrado no total controle do dia-a-dia da administração política e econômica do país, e, por outro, pela espinhosa relação que o ditador sempre manteve com as Forças Armadas⁶, setor, como sabemos, fundamental na época, e não só, para a construção de projetos sócio-ideológicos –, certamente dispomos de suficientes indicações por ele registradas para compormos o *seu* imaginário ideológico, que, de fato, norteava o regime.

Nesse sentido, passamos a elencar alguns temas fundamentais para a política, em geral, e para os propósitos salazaristas, em particular, de modo a que possamos contextualizar as severas críticas de Simone de Beauvoir.

Inicialmente, talvez seja prudente observar que Salazar, embora fosse defensor da presença do capital privado na economia, tecia reprovações aos rumos que o capitalismo vinha tomando no século XX ⁷ – “É evidente (...) que o capitalismo precisa ser

⁶ Ao longo do período salazarista ocorreram quinze intervenções militares na vida política, das quais treze foram tentativas de golpe enquanto Salazar estava a frente do governo, e das outras duas ocorridas no período de Marcello Caetano, uma foi o próprio 25 de Abril. SERRA; MATOS, 1982, p. 1168.

⁷ Considerando que desejamos principalmente ressaltar as bases do ideário salazarista que deu suporte à instalação do Estado Novo, recorreremos no presente texto, particularmente, às sete entrevistas concedidas por Salazar a António Ferro — jornalista, parceiro intelectual e primeiro responsável pelo tristemente famoso Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), um órgão típico de ditaduras, como sabemos, que, via de regra, tem como função precípua estimular o culto à personalidade do mandatário, a partir de ações planejadas e da produção de adequado material de propaganda —, sendo que as cinco primeiras foram publicadas no *Diário de Notícias*, um dos principais jornais do país à época, entre 19 e 23 de dezembro de 1932, portanto, seis meses depois de Salazar assumir a chefia do Governo (a sétima é de 1934, e a última de 1938), e nos parece cumprir claro papel, anunciando à população os rumos do futuro político do país (que não se imaginava viesse a ser tão longo sob essas ordens), no bojo de medidas francamente autoritárias, como a instauração da censura prévia e a revisão do projeto constitucional que estava em curso, amoldando-o aos novos tempos, aos seus quase-dogmas.

transformado, disciplinado, educado, de molde a beneficiar mais a colectividade, no sentido dum maior rendimento social. Mas não julgue possível extingui-lo. O capital já não pode mesmo servir de barreira entre os Estados burgueses e os Estados soviéticos.” (FERRO, 2007. p. 38-9) –, e, não obstante reserve sua contundência maior para criticar o comunismo

–

“O comunismo parece novo a muitos e é velhíssimo. Refere-se-lhe na antiguidade Platão na sua *República*, e existiu na própria Rússia, na primitiva organização política e social do povo eslavo. A revolução russa, fenómeno puramente ráico, pode considerar-se um retrocesso, uma reconquista levada ao exagero... O sentimento da propriedade privada é tão inerente à natureza humana que ele começa a ressurgir na própria Rússia. São os jornais soviéticos que o denunciam, alarmados com o fracasso da sua ideologia.” (FERRO, 2007, p. 38-39)

–, guarda sutileza maior ainda quando aborda as vicissitudes da democracia –

“É natural que a crise da democracia, impossível de negar, se revele sob o aspecto de sucessivas crises políticas. Mas para quê jogar com as palavras? Quando a máquina se desarranja, frequentemente, por melhor eco e por mais vistosas engrenagens que possua, torna-se urgente pô-la de lado como inútil, aproveitando-lhe, é claro, as inovações, tudo o que for susceptível de aplicar a outra máquina...Os próprios defensores da democracia procuram transigir com o espírito do seu tempo, confessando e admitindo a necessidade de modificar o sistema das suas idéias, de renovar os órgãos da democracia.” (FERRO, 2007. p. 44-5)

–, endossando, ainda que com objetivas reservas, opções como a do nacional-socialismo e do fascismo – como ilustra a passagem de discurso de Mussolini, que ele cita livremente como arremate à conversa com Ferro sobre o que se configurava como a crise política do início do século XX :

“A democracia julga que os seus princípios são imutáveis, que se podem aplicar em todos os tempos, em todos os lugares e em todos os acontecimentos. Mas nós não acreditamos que a História se repita, que seja um itinerário obrigado, que depois da democracia venha a super-democracia!” (SALAZAR, Apud: FERRO, 2007. p. 45)

Por fim, complementando esse rol de críticas aos rumos político-ideológicos do mundo contemporâneo, observemos:

“O liberalismo, como grande princípio orientador da economia nacional ou internacional, e a confiança em sua virtude para uma espécie de ordenamento

espontâneo da vida econômica morreram: os acontecimentos estão procedendo ao seu enterro, por não haver esperanças de ressuscitar [...]. Nós procuramos fugir ao socialismo e ao comunismo por meio das corporações, aplicando o princípio da organização corporativa não só à agricultura, comércio e indústria, isto é, a atividades direta e puramente lucrativas, mas a atividades espirituais e morais que com elas coexistem e têm na vida tanta importância, pelo menos, como o pão do corpo.” (SALAZAR, 1943. p. 401-02)

Com tais posições frente às propostas, de certa forma, dominantes a partir do final do século XIX, e, infelizmente, em parte experimentadas, para a condução político-econômica das sociedades da órbita ocidental a partir do início do último século, constrói o ditador o que desejava que fosse *sua* doutrina, que continha ainda, como vimos logo acima, peculiar suporte no “corporativismo”, porém, aqui também, com adaptações julgadas pertinentes ao ambiente português, introduzidas pelo circunspecto professor de Finanças de Coimbra, ex-seminarista e que insistia em afirmar, sempre que possível, que nunca desejou o poder, quase sempre em passagens como a que nos permitimos transcrever abaixo, tendo em vista que, como caracterizamos em outra oportunidade,

“é uma peça exemplar, significativa, sobretudo, pela forma, por ser absolutamente claro, e impressionante, quanto ao seu destino futuro, pela resignação cristã, pelo caráter contra-revolucionário e pelo papel relutantemente demiúrgico a que se outorga” (AUGUSTO, 2002. p. 103).

Em fevereiro de 1933, ainda antes de completar um ano na chefia do governo, em um prefácio por ele mesmo escrito para *Salazar, o Homem e a Obra*, uma compilação das entrevistas concedidas a António Ferro, numa edição de 125 mil exemplares, lançada pela Empresa Nacional de Publicidade, órgão de propaganda governamental que antecedeu ao Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), escreveu, então:

“Este homem que é governo. Foi deputado; assistiu a uma única sessão e nunca mais voltou. Foi ministro; demorou-se cinco dias, foi-se embora e não queria mais voltar. O Governo foi-lhe dado, não o conquistou ao menos à maneira clássica e bem nossa conhecida: não conspirou, não chefiou nenhum grupo, não manejou a intriga, não venceu quaisquer adversários pela força organizada ou revolucionária. Não se apóia aparentemente em ninguém e dirige-se amiúde à Nação, entidade bastante abstrata para apoio eficaz. Tem todo o ar de lhe ser indiferente estar ou ir: em todo o caso, está. Está e há tanto tempo e tão tranquilamente como se ameaçasse nunca mais deixar de estar. Suporta os trabalhos do governo, sofre as injustiças, os insultos dos desvairados, os despeitos, as raivas dos impotentes. Vai engulindo, de quando em quando, a sua cota de sapos vivos, comida forçada de políticos, segundo Clemenceau. E está, e fica”. (MORAIS; VIOLANTE, 1986, p. 54)

Note-se, sobre este ponto, que a prosa de Salazar, bem como seu comportamento em público, sempre se pautou pela persistente transmissão de uma excessiva dose de tranquilidade, e mesmo de afabilidade, temperando o que ele provavelmente supunha ser a imagem necessária a um caráter humilde e desinteressado do exercício do poder – quando perguntado por Ferro se ele se sentia tranquilo “diante da vaga de boatos” que com recorrência assolava particularmente Lisboa, responde: “ Estou sempre tranquilo...” (FERRO, 2007. p.119).

No centro deste sintético quadro balizador, e acrescentando-se a ele *atributos* para mais do que oficialmente divulgados, como a solidão e o celibatarismo, vamos encontrar uma pessoa obsessiva, que, sobretudo por isso, conseguiu construir uma trajetória que, frisemos, dos pontos de vista e de propósitos dele, pode ser considerada mais do que razoavelmente bem sucedida. Ilustra-nos suficientemente este aspecto a forma como conduziu – por assim dizer, *sozinho* – ao longo da Guerra, intensas negociações com a Alemanha e os Aliados para muito mais do que a manutenção da posição oficial de neutralidade de Portugal no conflito, em meio a não desprezível permanente pressão franquista para sua adesão ao Eixo, pois, particularmente em jogo para ele, e, de certa forma, tão importante quanto, estavam os ganhos financeiros advindos da “venda” ininterrupta de volfrâmio (tungstênio) – elemento fundamental, na época, para a composição de explosivos, uma das parcas riquezas do país –, simultaneamente (!), a ambas as frentes – em operações que em sua maioria envolveram toda a sorte de expedientes financeiros, como, por exemplo, os decorrentes do até hoje investigado acúmulo de ouro “não contabilizado” pelos nazistas –, bem como, os ganhos, sobretudo políticos, dos considerados intermináveis e detalhados entendimentos paralelos (!) com americanos e ingleses sobre a cessão de parte dos Açores para a instalação de uma estrategíssima base militar, o que só veio a ser formalizado com os Estados Unidos em outubro de 1944, quando o destino da Guerra já estava se consumando (MORAIS; VIOLANTE, 1986. p.105).

Dentre seus principais propósitos, podemos distinguir a permanente disposição – caracterizando-se mesmo, como não poderia deixar de ser, como uma *fixação* – de controlar as contas públicas, tarefa desempenhada, do ponto de vista estritamente financeiro, com total competência, entretanto, absolutamente desastrosa, já mesmo antes da

Guerra, e da idealização pelo Ocidente do denominado “Estado de Bem Estar Social”, no tocante à considerada fundamentalíssima participação do Estado para a consolidação de preceitos que viriam a ser formalmente reconhecidos como “direitos sociais” no segmento contemporâneo da tradição ocidental, estabelecidos e implementados pelas hoje consagradas “políticas sociais”.

Nesse sentido, embora longe de pretendermos entrar em pormenores próprios de quando dados estatísticos são utilizados para avaliação de progressivos ganhos de países nas clássicas áreas de segurança alimentar, educação, saúde, habitação e saneamento, enfim, no que abrigamos no núcleo do que atualmente denominamos “qualidade de vida”, vale ressaltar o pífio desempenho do país ao longo do salazarismo, e que pode bem ser avaliado por carências básicas, como, por exemplo, o fato de até 1965 o Estado português não possuir uma política sanitária, no sentido amplo do termo, apenas organizações privadas se encarregavam da saúde e da assistência social (GEORGEL, 1985, p.330).

Na verdade, o que a literatura sobre o tema mostra é que às imensas agruras herdadas pelo Estado Novo (MEDEIROS, 1978, p.125)⁸ foram, na realidade, acrescentadas novas, sempre sob justificativas incrustradas em argumentos em defesa de um Estado economicamente forte e financeiramente saneado – e, por isso, imaginava Salazar, sadio. O fato é que a situação de miserabilidade acabou por se perpetuar, pois, logo após o início do complexo quadro político internacional que se segue ao término da Segunda Guerra, que, na prática, instalou e obrigou-nos, a todos, a conviver de forma desigual, por décadas, com a Guerra Fria, o país inicia, em 1961, portanto extemporaneamente, *sua* – pois solitária, como seu ditador – longa e penosa guerra em África; dois capítulos que por razões facilmente imagináveis produziram sobejo material para constantes alegações e pretextos para que fosse cada vez mais intensificada uma permanente política de entesouramento do Estado⁹.

⁸ Neste mesmo volume, pode-se conferir que, em 1917, em um texto intitulado *Alguns aspectos da crise das subsistências*, Salazar já nos adianta seu pragmatismo desconcertante: “A questão principal é efectivamente esta – é a questão do pão, porque quando o povo não tem pão, o povo tem fome”. Vale indicar também BRITO, 1989.

⁹ A guerra em África constitui um período denso e dramático na história do Portugal contemporâneo, e, dentre vasta bibliografia, indicamos um livro pioneiro ANDERSON, 1966, e, também, CANN, 1998. Neste particular deve-se considerar com atenção a sua significativa repercussão na crônica questão de emigração iniciada no século XIX por razões sócio-econômicas.

Delineados, em termos bem gerais, alguns aspectos que compuseram a idealização estrutural do Estado Novo, do salazarismo e do sempre alardeado enigmático perfil de Salazar, visaremos, a seguir, apontar três temas que nos serão valiosos por se situarem no universo mais específico de preocupações e interesses de Simone de Beauvoir.

[i] A questão social: a miséria e a fome

Como ressaltado acima, a questão da miséria, que inevitavelmente leva à fome e à insalubridade, conduziu o país ao longo dos anos a uma situação inclassificável, e mesmo inacreditável, de forma a comprometer não só a vida dos portugueses de então, mas também o seu próprio futuro. Observe-se que Salazar demonstra possuir uma certa resignação quando afirma, em sua sétima entrevista a Ferro, em 1938, já, então, a seis anos no poder, que

“Não é em todo o caso para mim tão difícil o problema da miséria como o do baixo nível de vida da nossa população rural. O atraso em que o País se deixou cair e a *modéstia dos recursos naturais* entram no caso com a maior parcela de responsabilidade. Sendo a economia um jogo de forças combinadas, assente numa primeira realidade – a terra – *será impossível atingir a população no seu conjunto o alto nível de vida de outros povos que desfrutam melhor quinhão.*” (FERRO, 2007. p. 175. Grifos nossos).

Claro está que com tal afirmação ele não só se exime de responsabilidade maior, como, na verdade, nos dá uma pista para a verdadeira dimensão do seu visionarismo.



Acrescente-se a esta visão cármica do futuro do país que Salazar, de forma pouco sutil, por um lado, procura imputar a “jornalistas e escritores estrangeiros” certa responsabilidade pela construção de uma falsa, ou mesmo ardilosa (porque influenciada pelo marxismo), visão do país, e, por outro, que ele, como todo governante, afirma recorrentemente que o país está no rumo certo (FERRO, 2007, p. 175-6), pois, além de o governo se ocupar com as questões materiais ocupa-se, também, com “o Teatro do Povo, os cinemas ambulantes, as festas regionais e cívicas, as colônias de férias, outras iniciativas do SPN, da Fundação Alegria no Trabalho [!], da Emissora vão, por sua vez, erguendo o nível moral e espiritual da nossa gente, dando-lhe aquela parcela de sonho e de poesia sem a qual os povos não podem ser felizes.” (FERRO, 2007. p.90)

Mostra-se basilar, em nosso entender, a seguinte constatação do ditador:

“A miséria tem raízes difíceis de arrancar. Às vezes nem quer deixar de o ser. Imagina lá as dificuldades que têm de vencer-se para substituir, por exemplo, as barracas imundas do famoso ‘bairro das minhocas’ por outras casinhas modestas mas limpas e claras! Parece que queremos fazer-lhes mal, que pretendemos desapossá-los de alguma coisa de precioso, de rico.” (FERRO, 2007. p. 174)

Para que se tenha ideia da extensão do comprometimento do que viria a se suceder no futuro, pôde-se constatar, no final de 1994 – portanto, vinte anos após a queda do salazarismo –, que 70% da população portuguesa vivia abaixo da linha de pobreza, sendo o país considerado o mais pobre da Europa, segundo pesquisas do Centro de Estudos da, então, Comissão Europeia e da organização independente Low Pay Unit (COURI, 1994, p.4).¹⁰

[iii] A missão da mulher

Para contextualizarmos melhor o que moveu Salazar quando inseriu no Estatuto do Trabalho Nacional, promulgado em setembro de 1933¹¹, o direcionamento da mulher portuguesa para se ocupar basicamente das atividades domésticas, intensificando restrições diversas já impostas no âmbito do mercado, com a proibição de ocupação de certos postos de trabalho, vejamos trecho da quinta entrevista a Ferro:

“Temos que distinguir. À mulher solteira que vive sem família, ou tendo de sustentar a família, acho que devem ser dadas todas as facilidades legais para prover seu sustento e ao sustento dos seus. Mas a mulher casada, como o homem casado, é uma coluna da família, base indispensável duma obra de construção moral. Dentro do lar, claro está, a mulher não é uma escrava. Deve ser acarinhada, amada e respeitada, porque a sua função de mãe, de mulher casada concorre com o trabalho do homem – nas fábricas, nas oficinas, nos escritórios, nas profissões liberais – a instituição da família, pela qual nos batemos como pedra fundamental duma sociedade bem organizada, ameaça ruína...Deixemos, portanto, o homem a lutar com a vida no exterior, na rua...E a mulher a defendê-la, a trazê-la nos seus braços, no interior da casa... Não sei, afinal, qual dos dois terá o papel mais belo, mais alto e mais útil...” (Cf. FERRO, 2007. p. 90).

Observe-se que em 1936 Salazar criou, visando arregimentar os jovens portugueses, duas organizações típicas de regimes fascistas, a Mocidade Portuguesa e a Legião Portuguesa, tendo a primeira como finalidade combater o liberalismo e o marxismo, e a segunda, além disso, possuía clara característica paramilitar.

¹⁰ Observe-se que em questão correlata esta mesma correspondente do *Jornal do Brasil*, do Rio de Janeiro, informava, quase um ano depois, a triste constatação do Conselho Nacional de Educação – “Português lê pouco e entende mal o que lê” – de que mais da metade dos portugueses naquela altura eram analfabetos funcionais.

¹¹ Decreto-Lei nº 23.048, de 23 de setembro de 1933.

Entretanto, em 8 de dezembro de 1937, dia da Imaculada Conceição, regulamenta a Organização Nacional Mocidade Portuguesa Feminina, pelo decreto nº 28.262, que, na verdade, era um desdobramento da Obra das Mães para a Educação Nacional, que visava garantir a partir das mulheres a reprodução do regime, e se apoiava em congêneres italiana.

[iii] O problema da liberdade

Esta questão fundamental no âmbito da filosofia política, e que conquista espaço significativo nas discussões sobre a democracia contemporânea, é conduzida por Salazar a termos bem práticos, e estreitada na complexidade de sua relação com outro termo fundamental, a “autoridade”, e explorada com extremo realismo; vejamos o que diz, logo em sua segunda entrevista a Ferro (em dezembro de 1932): “Autoridade e liberdade são dois conceitos incompatíveis...Onde existe um não pode existir a outra...”.

No que emenda Ferro: “Luiz Latzarus [jornalista francês], no seu livro de máximas sobre a Política tem esta frase: ‘A liberdade só se reconhece nos seus limites’:

“O seu autor está na verdade – diz-me Salazar, que tem o gosto da dedução e do raciocínio, que sinto, às vezes, a discutir e a falar consigo próprio – Autoridade absoluta pode existir. Liberdade absoluta não existe nunca. Quando se procura aliar o conceito de liberdade ao conceito de progresso comete-se um erro grave. A liberdade vai diminuindo à medida que o homem vai progredindo, que se vai civilizando. [...] Entreguemos, pois, a liberdade à autoridade, porque só ela a sabe administrar...e defender. A liberdade que os individualistas pedem e reclamam é uma expressão de retórica, uma simples imagem literária. A liberdade garantida pelo Estado, condicionada pela autoridade, é a única possível, aquela que pode conduzir, não digo à felicidade do homem, mas à felicidade dos homens...” (FERRO, 2007, p. 34).

E, mais adiante, após o entrevistador declarar-se contra a censura [!], Salazar arremata: “Compreendo e aceito a sua revolta. Ela é filha das ideias, do ambiente em que nos formámos. E no entanto é certíssimo que dentro de vinte anos o nosso actual conceito de liberdade de Imprensa estará radicalmente modificado.”

Pensamos que para fechar este breve esboço do salazarismo vale ressaltar a seguinte declaração de Henri Massis, em uma carta, em maio de 1959:

“Eis o que me impressionou tanto durante a primeira entrevista que me concedeu, há mais de vinte anos, o Dr. Salazar, e em que me disse, como se tivesse achado de repente a expressão que procurava há muito: ‘– Para mim, só há uma finalidade: o que me proponho é fazer com que Portugal viva *habitualmente*’ (GEORGEL, 1985).

3. “*D’un nouvel humanisme français*”: a liberdade de ação e de palavra

Primeiramente, antes de abordarmos as conferências realizadas por Simone de Beauvoir em sua primeira viagem a Portugal – nas cidades de Lisboa, Porto, Coimbra, Faro, Braga e Beja – devemos ressaltar a estratégia salazarista para divulgação e consequente aproximação de Portugal com a França, propósito arquitetado pelo mesmo António Ferro, e diligentemente executado por Salazar, visando tanto o estabelecimento de representações portuguesas na França (tal como a Casa de Portugal), quanto impulsionando a visita de intelectuais franceses, ligados ao pensamento de direita, ao país, com o objetivo de divulgar a imagem de uma nação socialmente harmoniosa e pacífica, o que nesta altura correspondia a um devaneio em meio ao caos europeu.¹²

Nesse sentido, é que o Instituto Francês em Portugal instala-se como uma contrapartida à amistosidade diplomática portuguesa, bem como, a revista *Afinidades* é fundada e publicada entre 1940-1946, tendo Lionel de Roulet como seu primeiro Diretor, que, em nota introdutória, *A França através das épocas*, em seu primeiro número, estabelece o programa de ação da publicação sem fazer referência ao processo de ocupação, optando por realçar um itinerário histórico, no qual buscar-se-á a ideia de uma “alma francesa” que permanece à revelia da história, passando ao largo, portanto, das questões contemporâneas decorrentes da guerra, buscando, com isso, certamente, não ter problemas nem com a diplomacia portuguesa e nem com a forte censura política que aplacava o país.¹³ (ROULET, 194)

Por fim, devemos levar em consideração ainda que, embora fosse fato a discreta inclinação salazarista pelo Eixo, *Afinidades* constituiu-se “por opção de seus redactores e

¹² Sobre esse aspecto MONTEIRO, 2004, p.10-14; MEDINA, 1977, e, JANEIRO, 1998.

¹³ Para um acesso mais detalhado sobre a trajetória e o papel da revista *Afinidades* e sua importância como ‘voz’ da Resistência Francesa em Portugal, veja-se BRITO, 1995, p. 371-393.

com alguma passividade da política lisboeta entre 1940 e 46, um espaço de confessa francofilia, diria mesmo um espaço aberto da resistência francesa” (BRITO, 1995, p. 374), fazendo com que a revista assumisse ao longo dos anos, cada vez mais, uma posição de adesão à Resistência, passando a contar, inclusive, com a colaboração de membros da intelectualidade francesa que tinham conhecida participação neste célebre movimento contra a Ocupação, como Saint-Exupéry e Sartre.

É, pois, neste ambiente, que encontramos no número 12 o artigo de Beauvoir, *D’un nouvel humanisme français*, que recolhe os grandes temas abordados por ela em suas conferências, que, tal como divulgado pelos jornais da época com certa imprecisão, abordavam questões políticas e sociais, como encontramos, por exemplo, no *Diário de Notícias*, de 14 de março de 1945: o desolamento e a angústia pela derrota e pela ocupação da França pelos alemães e a decorrente brutalidade cometida contra populações, particularmente contra os judeus, sem descurar de chamar a atenção para a fome, e a miséria, que se instalarão no território francês, agravadas pela intensidade do frio invernal, de onde emergiram “sofrimentos materiais e morais”, que envolveram grandes repressões, prisões e que, através da propaganda acerca da superioridade alemã, acabou por trazer à tona outra mazela, o ‘colaboracionismo’¹⁴, e, por extensão, o problema moral no âmbito da ação política e literária.

Nesse contexto, portanto, veremos Beauvoir definir o “novo humanismo francês” como sendo, sobretudo, uma tomada de “posição frente a ocupação alemã”, que, do ponto de vista “moral” e “espiritual”, havia obrigado a todos os franceses a inquietarem-se com questões políticas e sociais, deflagrando em todos a consciência dos liames que os ligavam à França e ao mundo, fazendo do ato de escolher uma necessidade vital: “... era preciso escolher. A abstenção era uma cumplicidade”;¹⁵ e, portanto, qualquer ação implicava em “adesão” ou em “revolta”. Por isso, a experiência francesa foi “dura”, porém, “fecunda”. (BEAUVOIR, 1945, p.5)

¹⁴ Cf. *Diário de Notícias*, 14 de março de 1945, Apud. MONTEIRO, 2004, p. 90.

¹⁵ Cf. BEAUVOIR, Simone de. *D’un nouvel humanisme français. Afinidades*. Revista de Cultura Luso-Francesa. Faro, v.12, p. 4-12, jun. 1945.

Nesse novo ambiente, os intelectuais puderam compreender, então, que “as palavras eram atos”; seus efeitos e resultados implicavam, necessariamente, em um “compromisso”, em um “engagement”:

Écrite ou parlée, une phrase pouvait conduire à la prison, à la déportation, à la mort; aussi celui qui l’entendait, qui la lisait, la recueillait-il avec ferveur; elle était pour lui un appel ou une promesse, elle suscitait une réponse qui était à son tour engagement et risque. (BEAUVOIR, 1945, p.5)

A experiência trágica da Ocupação propiciará, então, à Literatura o estatuto de uma potente “dignidade” que estabelecerá entre autor e leitor uma “ligação verdadeira”, através da qual os signos impressos permitiriam o reconhecimento de uma “vontade comum”, que, conjuntamente, os lançariam na direção dos mesmos perigos e das mesmas esperanças, daí o papel vigoroso que ela havia cumprido na França ocupada. Pois, foi a Literatura quem permitiu a permanência da cultura, da moral e dos valores franceses que possibilitaram a crença no triunfo sobre a Ocupação: “escrever”, dirá Beauvoir aos portugueses, em Faro, “foi, então, cumprir uma missão”. (BEAUVOIR, 1945, p.6)

Expulsos os alemães, e podendo os franceses “escrever *livrement*, a Literatura não poderia decair”, os intelectuais deveriam guardar os “benefícios” obtidos com a Ocupação, mantendo o poder e a dignidade da linguagem; acreditando que doravante “as *palavras* venham a ser *atos*”. (BEAUVOIR, 1945, p.6, grifo nosso)

Criticando, assim, a tradição literária que em sua história havia se constituído como um domínio fechado sobre si mesma, no qual autor e leitor se evadiam para escapar às insuficiências do mundo no qual estavam inseridos, assinalando ainda que mesmo os escritores naturalistas – que minuciosamente descreveram a realidade social e humana, não conseguiram sair da torre de marfim em que acreditavam estar encerrados e de onde olhavam para o mundo e para os homens –, acabaram por abstrair-se do seu tempo e de sua classe. Ao contrário de Flaubert, que não acreditava ser possível demarcar as diferenças entre o proletariado de seu tempo e os escravos da Roma antiga, ou de Marcel Proust em sua busca de uma “salvação pessoal”, a literatura francesa do pós-guerra, acreditava Beauvoir, escolheu expressar deliberadamente a sua época:

“Nous choisissons de manifester délibérément cette époque qui est la nôtre, de l’aider à s’orienter à s’affirmer, ou à se modifier. Alors écrire, ce sera remplir une

fonction humaine et il n'y aura plus le divorce entre la littérature et la vie. C'est dans cette voie que se dirige aujourd'hui la littérature française." (Beauvoir, 1945, p. 6)



Portanto, o ‘escritor’ comprometido com o mundo, que também é o seu, deve aí exprimir a ‘verdade’ e comunicá-la aos outros homens, e, então, frente àquela *situação* política e social, o mais importante para os jovens escritores franceses era conhecer a natureza da mensagem que se propunham a liberar aos seus leitores, ou seja, se eles “querem escrever para dizer alguma coisa”, precisavam saber, enfim, “o que eles têm a dizer?”. Sendo evidente que tal questão não pode ser respondida em nome de todos os escritores franceses, Beauvoir irá restringir seu campo de resposta a um “grupo de jovens escritores” que, segundo ela, estavam prontos para lançar as bases de um “novo humanismo”:

“ils s’efforcent de définir et de faire prévaloir une conception de l’homme qui permette à l’homme de trouver en lui-même des raisons d’action, des possibilités de joie, en un mot, une morale terrestre et valable. C’est qu’en effet, jamais

l’affirmation de la dignité de l’homme, de sa grandeur n’a été plus éclatante que pendant ces quatre années de lutte. Tandis que les nazis vainqueurs et les traîtres qui collaboraient avec eux affichaient un mépris cynique de la personne humaine, professant qu’on conduit les masses par le mensonge et par la force, que la vérité et la liberté doivent être foulées aux pieds, s’efforcent par la prison, la torture, les menaces de mort de réduire l’homme à un état d’abjection, c’étaient leurs victimes traquées, torturées qui continuaient jusqu’à la mort à croire en la valeur de cette liberté qu’on voulait leur dénier et en la gloire d’être hommes. Contre un régime qui considère l’humanité que comme une race animale, la résistance a d’abord combattu pour que les hommes demeurent envers et contre tous des hommes; et par son combat même elle atteignait déjà son but.” (BEAUVOIR, 1975, p. 7)

Por outro lado, e os acontecimentos daquele momento pareciam subentender os argumentos beauvoirianos, escritores como Giono, Montherlant, Chateaubriand ou Chadourne, que exaltaram a grandeza do homem, o heroísmo e o pensamento edificante dos salões “bien-pensants”, acabaram por colocarem-se do lado dos regimes que negavam todos os valores humanos, enquanto, “os escritores conhecidos por seu pessimismo, por sua amargura, defenderam estes valores pela ação, pela pena, com uma fê apaixonada”. (BEAUVOIR, 1945, p. 8) E, dentre os escritores exemplificados por ela como “pessimistas” e “amargurados”, veremos que tal escolha parece ainda trazer um imenso traço utópico que, pouco tempo depois, mostrar-se-ia ideologicamente insustentável: de um lado, o primeiro escritor apontado por assombrar os “espíritos superficiais”, Jean-Paul Sartre,

“... l’auteur de la Nausée et du Mur, qui avait fait dans son premier ouvrage le procès sévère d’un certain humanisme bénin, se ranger du côté de la résistance et faire jouer sous l’occupation une pièce où il proclamait la valeur indestructible et souveraine de la liberté humaine”; (BEAUVOIR, 1945, p. 8)

e, de outro, Albert Camus,

“... c’a été un étonnement pour beaucoup, après avoir lu le “Mythe de Sysiphe” et “L’étranger” d’Albert Camus, où la condition de l’homme est décrite dans sa nudité avec une objectivité impitoyable, de lire dans “Combat” à la veille de la libération et les jours qui suivirent des articles pleins de vigueur et d’espoir où Camus essayait de jeter les bases d’une morale politique.” (BEAUVOIR, 1945, p. 8)

E aqui poderíamos também identificar, na base do que Beauvoir chama de “novo humanismo francês”, dois grandes temas, de dois grandes pensadores: o estatuto radical da

liberdade humana, que marcaria a obra de Sartre, e, a possibilidade constante de uma ‘política’ fundada em uma moral justa, que estaria presente nos ensaios, romances e no teatro de Albert Camus, e que, naquela altura, pareciam unir a ‘ação resistente’ desses três pensadores.¹⁶

E foi assim que esses intelectuais – com “rigor lógico” e uma “cruel lucidez” –, criaram as bases para a construção de “uma verdadeira coragem, solidariedade e heroísmo” que, desprovidos de ilusões e esperanças, conscientes do trágico destino humano e dos limites de sua condição, puderam atravessar a Ocupação sem se deixarem abalar pelas circunstâncias em que foram, à revelia, lançados, e por isso puderam guardar uma “fê intacta” ao princípio da liberdade e da justa ação política. (BEAUVOIR, 1945, p. 7)



¹⁶ Nesse sentido, vale observar que o que é chamado aqui de “nouvel humanisme français”, e sua compreensão do valor moral da ação política, não resistiria às mudanças políticas e filosóficas do pós-guerra, que acabariam por afastar, definitivamente, Beauvoir e Sartre de Camus.

Desse modo, a estratégia do “novo humanismo francês” consistia em um voltar-se para a condição humana sem deixar-se espantar tanto por sua “absurdidade”, quanto por sua “inutilidade”, pois, uma vez que compreendemos que os homens são abandonados em um mundo sem nenhum absoluto, sem nenhuma transcendência – e é nesse momento que começamos a “poder ser verdadeiramente homem” –, devemos admitir que o “homem é o seu próprio fim e que toda a sua satisfação está em sua consecução”. (BEAUVOIR, 1945, p. 9) Mas isto não significa, dirá Beauvoir, a opção por um individualismo radical, porque, ao contrário, o reconhecimento de que “o indivíduo não passa de um mito”, e que o peso do mundo sobrecarrega a todos, levou os “novos humanistas” a compreenderem que uma definição legítima de ‘homem’ não pode abstrai-lo do seu tempo: “de seu país, de sua condição, dos acontecimentos que se desenrolam em torno dele”, como, também, não lhe é possível alterar o corpo no qual ele permanece ele mesmo. O homem, definido por Beauvoir, como oriundo das reflexões do “novo humanismo francês”, é o *seu corpo* e a *sua situação*, que não foram por ele escolhidos, e que, por isso mesmo, não o submetem ao determinismo, nem da história, nem do peso do mundo, mas apenas às suas próprias escolhas, à sua liberdade:

“En France, nous étions tous des vaincus; mais c’était à chacun de nous de décider s’il acceptait la défaite ou s’il la refusait. Nous pouvions courber la tête, nous pouvions nous révolter et rien d’extérieur à nous ne nous dictait notre attitude: nous étions libres. Tout entiers plongés dans le monde, tout entier libérés, voilà comment nous nous sommes saisis dans une indubitable expérience. C’est de cette expérience qu’il s’agit à présent de tirer les conséquences.” (BEAUVOIR, 1945, p. 9-10)

Será nesse contexto que o ‘outro’ virá a figurar como consequência dessa liberdade que deverá ser reconhecida por nós mesmos e pelo outro, uma vez que será neste entrecruzamento que nossa liberdade desenvolver-se-á, e no qual poderemos encontrar uma “liberdade verdadeira”, que nos livrará de qualquer espécie de “torre de marfim”:

“... puisqu’en chaque individu se réfracte l’humanité tout entière, je ne peux plus distinguer les autres et moi même, les mots d’égoïsme et d’altruisme perdent tous sens: c’est en travaillant pour autrui que je me trouve, en servant autrui que je me sers. L’intellectuel qui a conscience de cette vérité ne s’enfermera donc pas dans une tour d’ivoire; il cherchera avant toute chose une communication avec autrui, une action sur autrui.” (BEAUVOIR, 1945, p. 10).

Nesse sentido, as consequências que Simone de Beauvoir irá retirar dessas premissas, apesar da forte ambiguidade contida na palavra “liberdade”, será a de que o “jovem humanismo francês” deve dar a ela um conteúdo “concreto e claro”, que, sob vários aspectos, está afastado da antiga tradição humanista francesa.

Nesse sentido, o “novo humanismo francês” estará fundado na constatação de que o homem “tem um corpo” que é “seu corpo” e, por isso, ele “não é materialista”, ele não compreende “o espírito como emanção da matéria”, nem vê a “consciência como um espelho pacífico de coisas dadas”, mas, compreende que, “o espírito e a consciência só podem se realizar no corpo”, ele, o corpo, é o modo no qual o homem é lançado no mundo, ele é sua “situação”, é o modo no qual o homem se *situa* no mundo. (BEAUVOIR, 1945, p. 10-11).

Mas, esse corpo em *situação* tem “um lugar e um papel na sociedade”, e, para que ele se torne livre, é preciso que ele tenha um mínimo de segurança e lazer:

Le nouvel humanisme français accorde donc une grande place aux questions économiques et sociales; et les écrivains de cette école estiment qu'en tant que hommes et en tant qu'écrivains il leur faut lutter pour l'avènement de la justice sociale.

Cependant ils ne considèrent pas cette justice comme une fin absolu. [...]. Il serait donc absurde et contradictoire de vouloir, comme le prétendaient les régimes totalitaires, imposer par la force un régime économique et social qui dénierait à l'homme sa liberté; les choses sont faites pour servir l'homme, mais non l'homme les choses. (BEAUVOIR, 1945, p. 11)

E, assim, ela poderá concluir que no contexto do “novo humanismo” a vida humana constitui-se em um “perpétuo combate”:

Ni pour l'humanité, ni pour aucun homme il n'existe jamais aucun paradis, aucun repôts, puisque le mouvement essentiel de la liberté humaine, c'est dépasser tout ce qui est donnée. Dès qu'un but est atteint, elle s'élance vers un but neuf; ainsi aucune réussite n'est-elle jamais achevée; il faut lutter pour la maintenir, pour la prolonger, pour lui faire porter ses fruits. *La vie humaine est um perpétuel combat.* (BEAUVOIR, 1945, p.11, Grifo nosso)

Ora, vista dessa forma, as conferências de Beauvoir podiam também servir para uma leitura da situação portuguesa e para a necessidade de resistência ao salazarismo. *Afinidades*, sob essa ótica, parece-nos, carregava em seu projeto essa 'duplicidade' que

envolvia as relações com o regime de Salazar, seja pela política de resistência à Ocupação nazista, seja pela estética 'humanista' de resistência à quebra da liberdade e da ação justa.

Assim, será essa ambivalência contida nas conferências feitas em Portugal que os artigos publicados por Simone de Beauvoir nos jornais *Combat* e *Volontés* eliminarão: “Le Portugal sous le régime de Salazar”, será a chamada de *Combat*, e “Une dictature a abattre: Oliveira Salazar”, a do jornal *Volontés*.¹⁷

4. O “Combat” ao salazarismo.

Voltando a Paris, no início de abril de 1945, Beauvoir trará consigo, não só muitos presentes para os amigos franceses como nos conta em *La force des Choses*¹⁸, mas, sobretudo, uma visão da vida portuguesa – bem menos lírica do que aquela contida na descrição de Henri Perron em sua chegada a Lisboa, no romance *Les Mandarins* –, onde a perda da liberdade refletia as múltiplas formas da miséria: a fome, a prostituição feminina e o abandono da infância, o analfabetismo, a habitação miserável etc..., conforme a descrição que será feita do Portugal salazarista em todos os textos em que fala acerca de sua primeira viagem a Portugal.¹⁹

¹⁷ Para ratificar esse pressuposto, veja-se por exemplo, o que Beauvoir nos diz em *La force des choses*: “Durante a guerra, Portugal mostrara toda simpatia pela Alemanha e dera-lhe certos apoios; Hitler vencido, reaproximava-se da França e fora por isso que o Instituto Francês se vira autorizado a patrocinar minha viagem. Eu ensinara, falar não me atemorizava; mas havia uma distância, que por vezes me desanimava, entre a experiência que eu evocava e meu público; este vinha ouvir-me por não ter que fazer, por esnobismo e muitas vezes com hostilidade, pois muitos ouvintes tinham conservado sua afeição pelo fascismo; em V. a sala mostrou-se glacial; os campos de prisioneiros, as execuções, as torturas não convenciam ninguém; o agente consular disse-me quando me levantei: “Agradeço-lhe por ter contado essas coisas que se ignoravam inteiramente”; sublinhou com ironia a última palavra. Os francófilos, entretanto, faziam de minhas narrativas, epopéias; fiquei envergonhada quando li numa revista: “Simone de Beauvoir disse-nos: cozinhávamos nossas batatas com papel de jornal; guardávamos o querosene para jogarmos contra os tanques alemães”. Paris sofrera mais e menos do que o imaginavam; fora menos complacente e menos heróico; todas as perguntas que me faziam erravam o alvo.” (BEAUVOIR, 1965, v.1, p. 35-36).

¹⁸ Cf. *Les forces des Choses*: “Voltei para Paris num lindo dia de sol em princípio de abril. Trazia comigo 50 quilos de alimentos: presuntos, chouriços cor de ferrugem, doces do Algarve, pastas de açúcar e ovos, chá, café, chocolate. Distribui-os triunfalmente aos conhecidos. Dei pulôveres e lenços a minhas amigas; a Bost, Camus, Vitold camisas quadriculadas de pescadores de Nazaré. E eu me pavoneava com meus atavios.” (BEAUVOIR, 1965, v.1, p. 37).

¹⁹ A primeira viagem a Portugal será recontada em *Les Mandarins* e em *La force des choses*, e, ainda, em *Pour une Morale de l’ambiguïté*.

Provida de muitos dados sobre o regime de Salazar – certamente fornecidos pela ‘*Resistência*’ portuguesa, com a qual havia se encontrado em Lisboa e ao longo de sua viagem²⁰ –, Beauvoir, sob os pseudônimos de Daniel Secrétant e Pierre Bertrand, irá publicar, em cinco artigos sobre *sua* experiência portuguesa, duras críticas ao salazarismo²¹.

Os dois primeiros, publicados em 23 e 24 de abril de 1945, em *Combat de la Résistance à la Révolution*²², naquela altura dirigido por Pascal Pia e Albert Camus, têm como ponto de referência uma mesma estratégia argumentativa: ambos partem de duas premissas acerca do salazarismo, largamente aceitas naqueles tempos difíceis – o paternalismo político de Salazar e sua concepção da miséria *natural* do clima e do solo português²³ –, que com dados e indicações politicamente precisas, serão refutadas pela *experiência vivida* pela autora nos dias em que viajou por Portugal.

O primeiro artigo publicado em *Combat* será aberto com aspas para introduzir a corrente tese do paternalismo salazarista:

“Lisbonne, avril. – On m’avait dit: ‘Certes le régime de Salazar est un régime autoritaire, c’est autoritarisme tempéré, paternel, qui a su éviter les excès du

²⁰ Cf. *Les Mandarins* e *La force des choses*: “Em compensação, interessei-me muito pelas conversações que tive com os antifascistas portugueses; avistei-me sobretudo com antigos professores, antigos ministros, de idade madura ou avançada; usavam colarinho duro, chapéu-côco ou feltros escuros; confiavam na França eterna e em Georges Bidault; mas comunicaram-me quantidade de documentos sobre o nível de vida da população, a organização econômica do país, o orçamento, os sindicatos, o analfabetismo, e também sobre a polícia, as prisões, a repressão. Um jovem médico introduziu-me em casas operárias; deu-me cifras precisas acerca da insuficiência dos hospitais, dos cuidados médicos, da higiene; aliás bastava andar por Lisboa de olhos abertos para percebê-lo. [...] Um antigo ministro pediu-me para entregar uma carta a Bidault; se ajudasse a estabelecer um novo governo, este cederia Angola a França. Esse arranjo colonialista ter-me-ia desagradado muito se o tivesse levado a sério; mas eu sabia que a carta seria jogada na cesta. Entreguei-a no Quai d’Orsay.” (BEAUVOIR, 1965, v. 1, p. 36).

²¹ Conforme nos conta Beauvoir em *La force des choses*: “Redigi minhas reportagens; a que fiz sobre Madri saiu em *Combat-Magazine* com o meu nome; a rádio espanhola acusou-me de ter forjado calúnias por dinheiro e sem sair de Paris. *Combat* iniciou a publicação de uma série de artigos sobre Portugal, que assinei com pseudônimo para não comprometer meu cunhado; Camus encontrava-se na África do Norte e Pia, que o substituí, interrompeu bruscamente a publicação; foi retomada por *Volontés*, dirigida por Collinet. Recebi cartas calorosas de muitos portugueses, enquanto os serviços de propaganda protestavam.” (BEAUVOIR, 1965, v.1, p.37).

²² *Combat*, jornal clandestino do movimento homônimo, foi fundado em dezembro de 1941, com a fusão dos jornais *Liberté* e *Verité*, sendo dirigido inicialmente por Henri Frenay, e no qual Camus, que entrou em 1942 na Resistência, colaborará a partir do final de 1943, início de 1944. Com a libertação de Paris, em 1945, o jornal passou a chamar-se *Combat de la Résistance à la Révolution*, tendo nesse período Pascal Pia por diretor e Albert Camus como editor-chefe, que encarregou Simone de Beauvoir a escrever sobre a Espanha de Franco e o Portugal salazarista.

²³ Para a primeira premissa veja-se a p.125-130 e para a segunda, veja-se a p.132-133, deste artigo.

fascisme, et l'oeuvre qu'a accomplie Salazar le justifie d'avoir pris le pouvoir: ce qu'il a fait pour le Portugal est immense.' J'ai visité le Portugal: j'ai cherché à voir ce que M. Salazar avait fait pour son peuple. E j'ai vu.” (BEAUVOIR, 1945a)

Nesse sentido, a percepção de que Salazar era um ditador com características bastante específicas e intrigantes – como, por exemplo, “o seu espírito de pobreza”, identificado por alguém como “neo-franciscanismo”(GARNIER, 1952, p. 93) – prendia-se ao fato de ele ter-se proposto a conduzir o país por um caminho muito próprio, autoritário, sim, mas guardando certa distância das estratégicas ideologias então dominantes, como vimos anteriormente, sendo que, neste particular, devemos ressaltar, ancorava-se em duas questões matrizes, quais sejam, a estrutura do Estado, por um lado, e o seu papel perante a sociedade, e, nomeadamente, com relação à família e à Igreja católica, pois com ambas estas instituições viriam a ser estabelecidas difíceis contendas sobre como moldar o cidadão a partir das diretrizes orientadoras do Estado Novo, desde sua juventude – como já observado, com a diligente atuação de entidades como a Mocidade Portuguesa e sua congênere feminina –, sem parecer intrometer-se no seio da família lusa e, também, sem interferir ou apequenar o tradicional papel que a Igreja *sempre* desempenhara em Portugal – diga-se, a bem da verdade, com inteira competência para o que se propunha a realizar. Por interessante, e bastante revelador do caráter astucioso desse ditador, é o fato de ele ter adotado, chegando mesmo a ser tomado como de sua autoria, o lema “Deus, Pátria e Família”, que traduz bem este ponto a que estamos nos referindo, a partir de conveniente adaptação da divisa “Deus, Pátria, Liberdade, Família”, cunhada por Afonso Pena, escritor e político brasileiro, da qual suprimiu compreensivelmente para os seus propósitos a referência à “Liberdade” (FERREIRA, 2007, p.20).

Mas o que foi visto por Beauvoir, e que será revisitado nos artigos de *Combat*, no que concerne à “obra realizada” por Salazar, irá mostrar o outro lado dessa face divulgada permanentemente pelos órgãos de propaganda já citados, de resto, uma estratégia recorrente em ditaduras.

A primeira imagem sobre a situação em Portugal que será dada aos leitores de *Combat* é forte e aparentemente bizarra:

“Au voyageur qui, débarquant à Lisbonne, souhaiterait découvrir une image evidente, immédiate de la situation sociale du Portugal, je conseillerais de monter

au cimetière du Lato Oriental perché sur une colline qui domine le Tage.” (BEAUVOIR, 1945a).

Ao centrar o seu olhar político e social sobre a sociedade portuguesa de então, Beauvoir irá partir de um tema caro ao existencialismo, a finitude do homem, constatando no Lato Oriental que até na morte cristalizava-se algo além da já acentuada distinção sócio-econômica entre os cidadãos daquela “estranha cidade” que refletia o país:

“En entrant par le portail central, *on se trouve au coeur d'un étrange ville*: pas une tombe couchée, toutes les sépultures sont des chapelles de pierre d'une architecture souvent extravagante, ornées de sculptures allégoriques et de bustes des défunts; à l'intérieur sont rangés les cercueils recouverts de dentelles ou de brocarts, et sur les murs s'étale en lettres gravées la cascade de noms sonores qui constituent un nom de Portugais distingue.

Lorqu'on a marché longtemps à travers les longues avenues sans arbres, sans fleurs, de ce cimetière vertical, on débouche sur un terrain vague que de légères dépressions divisent en mille et mille étroits rectangles. Dans chaque rectangle est fiché un piquet, avec une pancarte rouge ou noire où est inscrit un numéro; pas une pierre tombale, pas une croix, pas un nom: c'est ici la tourbe des pauvres.

Le contraste violent, brutal, entre les mausolées superbes et les fosses anonymes, *illustre grossièrement mais très exactement la division du peuple portugais en deux espèces d'hommes: ceux qui magent et qui sont consideres comme des hommes, ceux qui ne mangent pas et qui sont un bétail.*

En ce pays, sur 7 millions d'habitants, il y en a 70 000 qui mangent.” (BEAUVOIR, 1945a, grifos nossos)

A partir desse olhar, Beauvoir constata a crua questão da fome, vista e sentida em perplexos episódios cotidianos que, para ela, pareciam assolar os portugueses, denunciando insofismavelmente a penúria – bem caracterizada pela insuficiência de vestimentas e de sapatos – em que vivia a grande maioria da população, tanto no campo como nas cidades; situação muitíssimo agravada após 1939, pela inflação galopante, levando a um período crítico entre 1942-1945:

“Le peuple portugais a toujours été pauvre. Mais depuis 1939 la vie a augmenté de 140% et sur certains points davantage encore, puisqu'un complet qui coûtait avant-guerre 350 escudos en coûte à présent de 1200 à 1500. Cependant les salaires n'ont été élevés que de 35%, si bein que, selon da déclaration faite par le député Quirino Mealha à l'Assemblée nationale: ‘Beaucoup ne peuvent aller travailler parce qu'ils n'ont pas à manger... Ils sont privés des denrées essentielles à leur alimentation soit à cause de l'absence de ces denrées, soit parce qu'ils ne peuvent faire face aux prix, incompatibles avec leurs salaires.’” (BEAUVOIR, 1945a)

Não podemos deixar de registrar, contudo, que o regime apelava até mesmo para ações policiais repressivas à mendicância, como, por exemplo, as estabelecidas em abril de 1940, para todo o país (MORAIS; VIOLANTE, 1986. p.86), bem como, produzia legislação proibindo que se andasse descalço:

“Mal nourris. Mal vêtus. Une loi interdit de marcher pieds nus à l’intérieur de Lisbonne, mais aussitôt dans les faubourgs, les gens ôtent leurs savates pour ne pas les user, et dans tout le reste du pays, seuls les bourgeois portent des souliers.” (BEAUVOIR, 1945a)

Deve-se considerar, ainda, que a questão da escala das ocorrências relativas à privação de alimentos e as suas consequências no âmbito da saúde da população – a proliferação de doenças típicas de ambientes insalubres, como a hanseníase, a sífilis e a tuberculose –, inclusive com o estabelecimento de racionamento alimentar (como também de combustíveis), impactou fortemente Beauvoir, uma vez que, em dimensão comparativa (e, até mesmo, com relação à própria França, depauperada pelas consequências da Guerra), os números portugueses a que ela tivera acesso eram escabrosos.

Nesse âmbito, ressalte-se que a arguta observação de Beauvoir acerca das relações de causa e efeito estabelecidas por tão extensa miséria a levaria a denunciar uma espécie de indigência que assolava a maioria das jovens portuguesas: a prostituição de menores –

“Une misère si horrible ne peut manquer d’avoir les plus horribles conséquences. Dès qu’elle sera un peu plus âgée – à 14 ans, à 12 ans –, la petite fille que j’ai vu fouiller dans les poubelles de Porto cherchera à gagner de n’importe quelle manière quelques escudos. Sur 194 prostituées soignées dans un certain dispensaire, il y en avait 43% étaient des mineurs; on accorde une carte professionnelle aux femmes à partir de l’âge de 14 ans. Elles n’ont pas besoin de l’autorisation de leurs parentes pour l’obtenir; la taxe perçue sur ces cartes constitue une source de revenus importante pour l’État.” (BEAUVOIR, 1945a)



Outro ponto, observado por ela já no primeiro texto publicado em *Combat*, e que será largamente explorado nos três artigos posteriormente publicados em *Volontés*, diz respeito à institucionalização da vida política: a ausência de oposição ao governo, formal e independente, na medida em que havia apenas uma legenda, entendida por Salazar como uma espécie de *associação política*, e denominada apropriadamente de União Nacional, pois, em sua concepção, um país não podia ser dividido por partidos, pois isto seria contrário à unidade necessária e desejável a sua organização política e a sua governação – partidos significam tendências e demandas diversas e múltiplas, uma vez que constituem *partes* do todo²⁴.

²⁴ Ironicamente, Platão, acusado por Salazar, como vimos, como precursor do comunismo, foi, também, precursor dessa concepção (Cf. *Rep.*, 462b), balizando de forma indelével a tensão desenvolvida pelo pensamento político ocidental entre autoritarismo e democracia, particularmente, após as Revoluções do século XVIII.

Ao referir-se às palavras, acima citadas, do deputado Quirino Mealha na Assembléia Nacional, Beauvoir não deixará de observar sua dimensão trágica em função da inexistência formal, através de partidos políticos, de oposição ao salazarismo:

“Ces mots prennent tout leur poids, si l’on considère que l’Assemblée nationale ne comporte pas de parti d’opposition, les députés étant élus sur la liste unique du parti unique: c’est donc une créature du régime qui a été amenée à les prononcer.” (BEAUVOIR, 1945a)

Tal percepção de Beauvoir torna-se patente quando Salazar, já em 1932, afirmava categoricamente sobre esta questão: “A União Nacional nunca será um partido porque tem uma aspiração mais alta: organizar a Nação !” (FERRO, 2007. p. 27.)

Quando nos voltamos para o segundo artigo publicado em *Combat*, veremos que o *autoritarismo* de Salazar passará a ser claramente evocado a partir da segunda premissa inicialmente mencionada: sua concepção acerca da “*miséria natural*” do clima e do solo português, e que, tal como no artigo do dia 23 de abril, abre a reportagem de Beauvoir:

“Lisbonne, avril. – J’ai exposé quelle misère connaissaient des millions de Portugais sous le régime de Salazar. On me dira peut-être: ‘Le Portugal a toujours été un pays pauvre. On ne peut imputer à un régime une misère dont les causes sont la nature même du sol, le climat.’ Mais ce qui serre le coeur quand on parcourt le Portugal, ce n’est pas seulement la misère, c’est qu’en grande partie elle est le fait non de la nature, mais des hommes. Ceux qui mangent ne se soucient pas de modifier le sort de ceux qui ne mangent pas.” (BEAUVOIR, 1945b)

Posto isto, Beauvoir irá iniciar sua análise da *situação* portuguesa com uma pungente narrativa acerca de um almoço, com um português rico, no terraço de um Café:

“Il m’est arrivé, dans une petite ville du Nord, de déjeuner avec un riche Portugais à la terrasse d’un restaurant. Tout de suite, une nuée d’enfants s’est déployée autour de nous: leurs yeux luisaient. J’ai compris à ce moment-là pourquoi en ce pays les restaurants ni les cafés, n’ont presque jamais de terrasse. Chaque bouchée que j’avalais était une insulte à la misère.

A un moment, j’ai tendu une pièce à un des enfants et le riche Portugais a vu que c’était une pièce de 5 escudos (ce qui représente environ 10 francs d’avant guerre). Le sang lui est monté au visage: ‘Combien lui avez-vous donné?’ Et il s’est levé pour reprendre la pièce. Comme je le retenais: ‘Mais il ne rapportera rien à la Maison, il s’achètera des cigarettes et des bombons!’ m’a-t-il dit d’une voix désolée en se servant de langouste mayonnaise.” (BEAUVOIR, 1945b)

É desse modo que, com este testemunho cruel, Beauvoir introduzirá sua crítica à “tirania capitalista”, reafirmando, agora, os vínculos estreitos entre a ‘liberdade’ e o ‘outro’, enfatizados em *D’un nouvel humanisme français*: em Portugal, naqueles tempos, o que ela pôde ver e constatar foi a marcante ausência dos elos entre a liberdade e o outro, e, como a miséria, em todas as suas variantes, era fruto da fragilidade desse elo essencial para uma ação política justa.

Nesse sentido, outra dimensão da ‘miséria’ e das distorções sociais no Portugal salazarista são apontadas em uma crítica severa e contundentemente atual ao capitalismo e, particularmente, à exploração capitalista no país, consubstanciada nos seguintes pontos por ela ressaltados: a exploração comercial em produtos de primeira necessidade, tais como o pescado e o sal; a brutal diferença salarial entre aqueles que estão no círculo do poder e a população em geral; a sobrecarga fiscal e, por fim, a malha de corrupção estatal. (BEAUVOIR, 1945b)

Concluindo, os relatos contidos nos artigos de *Combat* ressaltam de modo rigoroso as múltiplas dificuldades disseminadas na vida portuguesa de então, sem deixar, entretanto, de subscrever um tom amargo e às vezes lírico frente à sua desolação econômica e política:

La violence d’un tel reflexe illustre bien la haine que les riches, là-bas, ont pour les pauvres. Ils les redoutent, car ils savent bien que leur fortune est le fruit d’une honteuse exploitation. (BEAUVOIR, 1945b)

Será, pois, sobre o impacto de tais constatações que Simone de Beauvoir reconhecerá no governo do professor de Coimbra uma efetiva “ditadura”, que deveria ser “abatida”.

Assim, com o título “*Une dictature a abattre: Oliveira Salazar*” publicará três artigos, com o pseudônimo de Pierre Bertrand, no jornal parisiense, *Les Volontés de Ceux de la Résistance*, dirigido por Michel Collinet, nos quais Beauvoir ressaltará a esperança, tanto dos povos livres, quanto dos povos oprimidos, no “aniquilamento definitivo” de todas as formas de fascismos, apontando para o Estado Novo de Salazar como um governo falsamente democrático, que, por isso, deverá ser desmascarado:

Les peuples libres comme les peuples opprimés attendent de la victoire l’écroulement définitif de tous les fascismes. Il est un régime cependant auquel même des démocrates convaincus accordent leur ignorance: l’État nouveau

d'Oliveira Salazar. On se le représente volontiers comme une démocratie autoritaire, un autoritarisme paternel. Salazar aurait restauré l'ordre, équilibré le budget, défendu les intérêts nationaux tout en respectant la liberté. Une propagande adroite s'est attachée à ancrer dans les esprits ces idées consolantes. D'ailleurs, le Portugal est loin, qui sait au juste ce qui s'y passe? Il convient cependant d'examiner d'un peu plus près ce qu'a été, ce qu'est l'oeuvre de M. Salazar. (BEAUVOIR, 1945c)

A seguir, abordaremos, em linhas gerais, o conteúdo desses artigos, que espelham, em ponto maior, sua visão do regime habilmente imposto por Oliveira Salazar.

Com tal propósito, depois de tornar claro para o leitor francês que a subida de Salazar ao poder se deu no desdobramento de um golpe de Estado, ocorrido em maio de 1926, na conturbada e ainda jovem República portuguesa, após ver reconhecida sua “competência financeira” quando lecionava na Universidade de Coimbra, e, por isso, sendo empossado, logo em 1928, no Ministério das Finanças – onde, por meio de artifício contábil torna no final de um ano o país superavitário, expediente que ela denominou de “milagre” – e assumindo a presidência do Ministério (Governo), em 1932, decisivamente apoiado pela direita católica, e valendo-se, então, de cisões no meio militar, dando início, assim, a sua longa experiência no poder – 40 anos!

Por outro lado, aponta, também, uma sutileza na estruturação do Estado Novo, uma vez que apenas ‘no papel’ sua Constituição garantia os clássicos direitos individuais e políticos aos cidadãos, já que os órgãos que o compunham e a legislação corrente, produzida por uma Assembleia inteiramente dominada pelo governo, inibia, de fato, o livre exercício das liberdades. Nesse particular, um ponto relevante, e que Beauvoir volta a tocar, será a questão do partido único, enfatizando que a União Nacional propagava ideias fascistas.

No que diz respeito às relações de Salazar com a Igreja, Beauvoir acidamente sentencia: “o fascismo de Salazar é um fascismo profundamente clerical”. (BEAUVOIR, 1945d)

Finalizando o segundo artigo, denunciava o “terror policial” que assolava o país, tendo em vista a insuficiência do apoio do “capitalismo” e da “Igreja”, Salazar recorre a expediente “comum a todas as ditaduras”: “a polícia exerce sobre o país uma tirania sem controle”. Nessa delicada e crucial questão, ela comparava a PVDE, polícia de segurança do Estado precursora da tristemente famosa PIDE, à Gestapo, pois aquela se encarregava de tornar a Constituição uma letra morta, com a ativa colaboração de duas “organizações

paramilitares”, as já referidas Legião Portuguesa e Mocidade Portuguesa (BEAUVOIR, 1945d).

O último artigo publicado em *Volontés* foi reservado para denunciar as relações e a posição de Oliveira Salazar no cenário internacional, ressaltando seu acentuado anti-comunismo e a consequente disposição de se colocar sempre obstinadamente contra a URSS, bem como, denunciava sua posição de “valet de Hitler, Mussolini e Franco”, e sua aliança com o Eixo.

Ora, com essas breves notas sobre a primeira viagem de Simone de Beauvoir a Portugal, não seria difícil reencontrar por trás de suas análises do salazarismo e em sua exposição das teses sobre o “novo humanismo francês”, os temas que comporiam os artigos publicados, nos meses posteriores de 1945 e em 1946, em *Les Temps Modernes* – *Idéalisme moral et réalisme politique, L’existencialisme et la sagesse des nations, Littérature et métaphysique, L’oeil par l’oeil*, e, *Pour une morale de l’ambiguïté* –, e que foram, posteriormente, coligidos em duas obras: *Pour une morale de l’ambiguïté*, editada pela Gallimard, em 1947, e *L’existencialisme et la sagesse des nations*, publicado pelas Éditions Nagel, em 1948.

As duas teses centrais apresentadas em *D’un nouvel humanisme français*, a liberdade e o valor moral da ação política, retomadas a partir das experiências vividas em regimes autoritários – a ocupação nazista e o regime salazarista, que com “afinidades” as interligariam –, e sua consequente conclusão de que a liberdade implica, necessariamente, na alteridade, pois, a ação política não pode prescindir de uma moral da liberdade, são o substrato de toda a análise beauvoriana de sua primeira experiência portuguesa.

A condição feminina, oriunda dessa coalescência essencial entre a liberdade e a alteridade, repensada, em 1949, no famoso *Le deuxième sexe*, e a necessidade de que ela seja ponderada como um tema político, será retomada por Simone de Beauvoir, em sua segunda viagem a Portugal, em março-abril de 1975, quando, sua avaliação da interseção das mulheres na Revolução, mesmo aquela adornada pelos cravos, aponta as gravíssimas dificuldades de interlocução entre os revolucionários e a condição da mulher.



Nos trinta anos que permearam a volta de Simone de Beauvoir a Lisboa, nos quais nem a revolução soviética, nem a revolução cubana, e nem a revolução argelina foram capazes de produzir alterações revolucionárias nas relações das mulheres com o estado e a sociedade (BEAUVOIR, 1975, p.5), toda a sua inflexão sobre o constante tema da liberdade nos mostrará seu *espanto* diante da nova situação portuguesa, que, apesar das radicais mudanças políticas e econômicas, mantinha, frente ao velho patriarcalismo, um impasse que exigia uma acurada reflexão sobre o feminino, a revolução e suas relações, uma vez que as ‘revolucionárias portuguesas’ não eram feministas e as ‘feministas portuguesas’ não eram revolucionárias:

Le conflit reside justement entre les rares féministes et le reste de la population portugaise. [...] Le grand argument que donnent beaucoup de femmes qui ne sont pas très loin du communisme, qui ne sont pas des féministes proprement dites, c’est qu’il faut faire la révolution d’abord, c’est prioritaire: il y a des tâches plus urgentes que de lutter pour l’égalité des hommes et des femmes. On connait très bien la chanson. La question féminine sera secondaire: alors que les femmes représentent plus de la moitié de l’humanité. On luttera plus tard une fois la révolution faite pour l’égalité des hommes et des femmes.

Or jamais la révolution n’a conduit à cette égalité [...] après avoir lutté à côté de leurs “frères”, les femmes ont du subir à nouveau l’oppression traditionnelle. On

comprend que les féministes portugaises tentent de refuser la suprématie patriarcale dont les hommes portugais sont profondément imbus. Je pense cependant qu'elles ont eu un tort: celui de n'est pas avoir pris parti d'une manière assez nette pour la révolution. [...] Elles devraient lier la lutte féministe à la lutte révolutionnaire. [...] Ces femmes se battent contre le capitalisme, mais elles restent complètement dans le système patriarcal, elles ne pensent absolument pas à le détruire. (BEAUVOIR, 1975, p. 5)

Referências

Obras e comentários à obra de Simone de Beauvoir

BEAUVOIR, Simone de. Le Portugal sous le régime de Salazar. ***Combat de la Résistance à la Révolution***, Paris, 23 de avr. 1945a, v.4 n. 273.

BEAUVOIR, Simone de. Le Portugal sous le régime de Salazar. ***Combat de la Résistance à la Révolution***, Paris, 24 de avr. 1945b, v. 4, n. 274

BEAUVOIR, Simone de. Une dictature à abattre: Oliveira Salazar. ***Les Volontés des Ceux de la Résistance***. Paris, 13 de juin 1945c.

BEAUVOIR, Simone de. Une dictature à abattre: Oliveira Salazar. ***Les Volontés des Ceux de la Résistance***. Paris, 20 de juin 1945d.

BEAUVOIR, Simone de. Une dictature à abattre: Oliveira Salazar. ***Les Volontés des Ceux de la Résistance***. Paris, 27 de juin 1945e.

BEAUVOIR, Simone de. D'un nouvel humanisme français. ***Afinidades***. Revista de Cultura Luso-Francesa. Faro, v.12, p. 4-12, jun. 1945.

BEAUVOIR, Simone de. ***Pour une morale de l'ambiguïté***. Paris: Gallimard, 1947 (Les Essais, v. 26).

BEAUVOIR, Simone de. ***L'existencialisme et la sagesse des nations***. Paris: Les Éditions Nagel, 1948.

BEAUVOIR, Simone de. ***Les Mandarins***. Paris: Gallimard, 1954.

BEAUVOIR, Simone de. ***La force des choses***. Paris: Gallimard, 1963.

BEAUVOIR, Simone de. ***Sob o signo da história***. Tradução de Sérgio Milliet. São Paulo: Difel, 1965. 2v. (Tradução brasileira de *La force des choses*).

BEAUVOIR, Simone. Sartre et le Portugal: Les femmes et les étudiants. ***Libération***, Paris, 23 de avr. 1975, p. 5.

BEAUVOIR, Hélène de. **Souvenirs** (Reccuellis par Marcelle Rontier). Paris: Librarie Séguier, 1982.

FRANCIS, Claude e GONTIER, Fernande. **Les écrits de Simone de Beauvoir**. Paris: Gallimard, 1979.

HOURDIN, Georges. **Simone de Beauvoir et la liberté**. Paris: Les editions du Cerf, 1962.

MONTEIRO, Cecília Maria da Silva. **Simone de Beauvoir em Portugal**. Aveiro: Departamento de Línguas e Literatura da Universidade de Aveiro, 2004. (Dissertação de Mestrado).

Obras sobre Portugal e A. Oliveira Salazar

ANDERSON, Perry. **Portugal e o fim do ultracolonialismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

AUGUSTO, Claudio de F. **A Revolução Portuguesa**. São Paulo: Ed. Unesp, 2011. (Coleção Revoluções do Século 20).

BRITO, José M. Brandão de. Sobre as ideias económicas de Salazar. In: ROSAS, Fernando; BRITO, José M. B. de. (org.) **Salazar e o salazarismo**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1989.

BRITO, A. Ferreira de. Vozes da Resistência na revista luso-francesa *Afinidades* durante o período da Ocupação. **Línguas e Literatura**, Porto, n. 12, p. 371-393, 1995.

CANN, John. **Contra-insurreição em África – o modo português de fazer a guerra, 1961-1974**. São Pedro do Estoril: Atena, 1998.

COURI, Norma. Portugal é o mais pobre da Europa. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 3 nov. 1994, p. 4.

COURI, Norma. Português lê pouco e entende mal o que lê. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 19 out. 1995, p. 11.

FERREIRA, António José. Prefácio. In: SALAZAR, António de Oliveira. **Como se ergue um Estado**. Lisboa: Esfera do Caos Editores, 2007 [Reimpressão da edição bilingue, francês-português, 1937].

FERRO, António. **Entrevistas a Salazar**. Lisboa: Parceria A. M. Pereira Livraria e Editora, 2007.

GARNIER, Christine. **Férias com Salazar**. Lisboa: Cia. Nacional Editora, 7ª ed., 1952.

GEORGEL, Jacques. **O salazarismo**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1985.

JANEIRO, Helena. **Salazar e Pétain: relações franco-lusas durante a II Guerra Mundial**. Lisboa: Cosmos, 1998.

LOCHERY, Neill. **Lisboa – 1939-1945, guerra nas sombras**. Rio de Janeiro: Rocco, 2012.

MEDINA, João. **Salazar em França**. Lisboa: Ática, 1977.

MORAIS, João; VIOLANTE, Luís. **Contribuição para uma cronologia dos fatos económicos e sociais – Portugal 1926-1985**. Lisboa: Livros Horizonte, 1986.

ROULET, Lionel de. A França através das épocas. **Afinidades**, Faro, v.1, n.1, p.1, 1940.

SALAZAR, António de Oliveira. **Discursos e notas políticas**. Coimbra: Coimbra Editora, 1939/1967. 6 v.